

Fundação Laura Artiaga

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2017

Índice

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	3
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras	3
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS	4
3.1. Bases de Apresentação.....	4
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	7
4.1 Ativos Fixos Tangíveis.....	7
4.2 Propriedades de Investimento	8
5 OUTRAS CONTAS A RECEBER	9
6 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS.....	10
7 FUNDOS PATRIMONIAIS.....	10
8 FORNECEDORES	11
9 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	11
10 DIFERIMENTOS	11
13. OUTRAS CONTAS A PAGAR	11
14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	12
15. GASTOS COM O PESSOAL	12
16. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER.....	13
17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	13
18. OUTROS GASTOS E PERDAS.....	13
19. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	14
20. RESULTADOS FINANCEIROS	14
21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS	14
22. ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	15

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Fundação Laura Artiaga é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação/IPSS” com estatutos totalmente remodelados de acordo com o DL n.º 119/85 de 25 de Fevereiro, registados no Livro das Associações de Solidariedade Social sob o n.º 71/85, e publicados no Diário da República n.º 115 de 20/05/1985, Série III, em 2011.

Tem sede em Lisboa na Rua Alexandre Ferreira N.º 46 A Lumiar. A sua acção visa criar e manter em Vila Nova de Tazem a “Obra Social da Fundação Laura Artiaga”, de apoio as famílias carenciadas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial contabilística de preparação das demonstrações financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Todas as demonstrações financeiras são expressas na unidade monetária euros.

3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela instituição na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, A Fundação Laura Artiaga continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" e "*Diferimentos*".

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os sócios e utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas

tomadas por parte dos sócios e utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Instituição, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Instituição e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Instituição espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Instituição tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e Recursos Naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento Básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5

3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento. Estes ativos não se destinam a fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados.

3.2.5. Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas no Balanço em “*Perdas por Imparidade*”, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

3.2.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “*Caixa e depósitos bancários*” incluem caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.2.7 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “*Fornecedores*” e “*Outras contas a pagar*” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.8 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;

3.2.9 Impostos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- d) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- e) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- f) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Instituição dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.10 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo reconhecidos à medida que são gerados independentemente do momento em que se verifica o seu pagamento ou recebimento.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2016 e 2017, mostrando as adições, os

abates, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadro:

	Saldo a 31/12/2015	Aumentos	Reduções	Amortizações do exercício	Saldo a 31/12/2016
Bibliotecas	7 000,00				7 000,00
Terrenos	4 489,10				4 489,10
Edifícios e Construções	8 240,39			294,29	7 946,18
Equipamento Básico	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	0,00				0,00
Outros activos Fixos Tangíveis	0,00			0,00	0,00
Totais	20 317,91			294,29	19 435,20

	Saldo a 31/12/2016	Aumentos	Reduções	Amortizações do exercício	Saldo a 31/12/2017
Bibliotecas	7 000,00				7 000,00
Terrenos	4 489,10				4 489,10
Edifícios e Construções	7 946,18			294,29	7 651,65
Equipamento Básico	0,00				0,00
Equipamento Administrativo	0,00				0,00
Outros activos Fixos Tangíveis	0,00			0,00	0,00
Totais	19 435,28			294,29	19 140,75

3.3 Propriedades de Investimento

No que concerne às “Propriedades de Investimento” os movimentos ocorridos, nos períodos de 2017 e 2016, foram os seguintes:

	Saldo a 31/12/2015	Aumentos	Amortizações do Exercício	Saldo a 31/12/2016
Terrenos	86 019,28			86 019,28
Edifícios e outras Construções	124 592,01		8 169,68	116 422,33
Totais	210 611,29		8 169,68	202 441,61

	Saldo a 31/12/2016	Aumentos	Amortizações do Exercício	Saldo a 31/12/2017
Terrenos	86 019,28			86 019,28
Edifícios e outras Construções	116 422,33		8 169,68	108 252,65
Totais	202 441,61	0,00	8 169,68	194 271,93

Os Imoveis que se encontram arrendados são os seguintes:

- Av. Miguel Bombarda , nº93
- Av. de Roma nº34
- Av. Padre Manuel da Nóbrega nº 17-17H
- Lg. Conde Ottolini nº 20-3º Dt.

5. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

		2017	2016
23	Pessoal	0,00	103,41
2721	Outras Receitas	4 029,70	
278	Outros Devedores e Credores	201 494,10	180 183,48
279	Imparidades Devedores	-181 924,88	-167 858,20
	Totais	23 598,92	12 428,69

6. DIFERIMENTOS

Em 2017 encontra-se divulgado o valor de 383,82€ referente a gastos com seguros a reconhecer.

7. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

		2017	2016
11	Caixa	790,99	742,19
12	Depósitos à ordem	559 180,05	431 874,29
Totais		559 971,04	432 616,48

8. FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações durante os anos 2017 e 2016.

		31-12-2016	Aumentos	Diminuições	31-12-2017
51	Fundos	271 017,44			271 017,44
56	Resultados transitados	179 703,87	90 182,46	71 300,00	198 586,33
59	Variaç.Fundos patrimoniais	55 560,00			55 560,00

		31-12-2015	Aumentos	Diminuições	31-12-2016
51	Fundos	271 017,44			271 017,44
56	Resultados transitados	178 987,91	56 715,96	56 000,00	179 703,87
59	Variaç.Fundos patrimoniais	55 560,00			55 560,00

		31-12-2017	31-12-2016
81	Resultado Líquido do Período	177.253,45	90.182,46

Variações dos Fundos Patrimoniais divulgam a doação da D. Henriqueta Fonseca do imóvel sito no Largo Conde Ottolini nº20-3ºDt Lisboa.

9. FORNECEDORES

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

		2017	2016
271	Fornecedores c/c	738,00	0,00

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

No Passivo a rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é discriminado da seguinte forma:

		2017	2016
24	Estado e outros entes públicos	119,50	70,62

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

		2017	2016
2829	Diferimentos Rendas	23.699,88	15.046,87

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		2017	2016
2711	Fornecedores Imobilizado	4 867,47	266,30
2722	Credores por acréscimo de gastos	851,75	908,26
278	Rendas Cauções	64 672,64	54 166,00
Totais		70 391,86	55 340,56

13. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Está divulgado o valor de 2.650,00€ doado à Fundação Laura Artiaga em 2017

14. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

		2017	2016
62	Fornec. e serviços externos	6 983,59	12 892,78
622	Serviços especializados	5 106,09	5 411,48
623	Materiais	255,70	5 338,14
624	Energia e fluidos	137,22	381,73
625	Deslocações, estadas e transportes	1 078,00	1 330,45
626	Serviços diversos	406,58	430,98

15. GASTOS COM O PESSOAL

O número médio de pessoas ao serviço da Fundação em 31/12/2017 e em 31/12/2016 foi de 1 trabalhadores.

Os gastos que a Fundação incorreu com os funcionários foram os seguintes:

		2017	2016
63	Gastos com o Pessoal	4 086,89	4 149,52
632	Remunerações do pessoal	3 500,00	3 500,00
635	Encargos sobre remunerações	574,00	649,52
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profiss	12,89	

16. IMPARIDADE DE DIVIDAS A RECEBER

Nesta rubrica foi efectuado o reforço para cobrança duvidosa de rendas em atraso.

		2017	2016
65	Perdas por imparidade	21 769,77	4 965,56
651	Em dívidas a receber Rendas	21 769,77	4 965,56

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2017	2016
78	Outros rendimentos e ganhos	292 452,23	212 095,86
786	Indemnização Seguradora		0,00
787	Rendimentos e ganhos em Investim. não financeiros	274 756,90	212 095,86
788	Outros *	17 695,33	0,00

18. OUTROS GASTOS E PERDAS

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

		2017	2016
68	Outros gastos e perdas	76 543,52	91 441,57
686	Investimentos ã Financeiros	20 879,72	35 811,35
688	Outros *	55 663,80	55 630,22

* Apoio pecuniário a carenciados.

19. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os gastos com depreciações e amortizações apresentam-se como se segue:

		2017	2016
64	Gastos de depreciação e de amortização	8 463,97	8 463,97
641	Propriedades de investimento	8 169,68	8 169,68
642	Ativos fixos tangíveis	294,29	294,29
6422	Edifícios e Outras Construções	294,29	294,29
6423	Equipamento Básico		
6426	Equipamento Administrativo		

20. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

	2017	2016
69 Gastos e perdas de financiamento	1,04	0,00
691 Juros suportados	1,04	
Total	1,04	0,00
79 Juros, dividendos e outros rend similares	0,00	0,00
791 Juros obtidos		0,00
798 Outros juros	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-1,04	0,00

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

A Instituição não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Instituição perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

22.ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Lisboa, 17 de Abril de 2018

Técnico Oficial de Contas

A Administração

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 Dez 2017	31 Dez 2016
ATIVO			
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1	19.140,75	19.435,04
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento	4.2	194.271,93	202.441,61
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros			
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores /Associados/Membros			
		213.412,68	221.876,65
Ativo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores /Associados/Membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	5	23.598,92	12.428,69
Diferimentos	6	383,82	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	7	559.971,04	432.616,48
		583.953,78	445.045,17
Total do Ativo		797.366,46	666.921,82
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	8	271.017,44	271.017,44
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	8	198.586,33	179.703,87
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	55.560,00	55.560,00
Resultado líquido do período	8	177.253,45	90.182,46
Total do fundo de capital		702.417,22	596.463,77
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	9	738,00	
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	10	119,50	70,62
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores /Associados/Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	11	23.699,88	15.046,87
Outras contas a pagar	12	70.391,86	55.340,56
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		94.949,24	70.458,05
Total do Passivo		94.949,24	70.458,05
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		797.366,46	666.921,82

FUNDAÇÃO LAURA ARTIAGA**Demonstração de Resultados**

Período findo em 31 de Dezembro de 2017

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	13	2.650,00	
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	14	-6.983,59	-12.892,78
Gastos com o pessoal	15	-4.086,89	-4.149,52
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16	-21.769,77	-4.965,56
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	17	292.452,23	212.095,86
Outros gastos e perdas	18	-76.543,52	-91.441,57
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		185.718,46	98.646,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	19	-8.463,97	-8.463,97
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		177.254,49	90.182,46
Juros e rendimentos similares obtidos	20	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	20	-1,04	
Resultados antes de impostos		177.253,45	90.182,46
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		177.253,45	90.182,46

CC

A Administração